



## **A COMUNICAÇÃO ENTRE OS PAIS OUVINTES E FILHOS SURDOS: INFLUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES DO SUJEITO SURDO**

**Isabela Jordão de Camargo**

### **RESUMO**

Este artigo apresenta a contextualização do tema formação das identidades do sujeito surdo a partir das influências comunicativas entre os pais ouvintes e os filhos surdos. É uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfico sobre a cultura e identidade surda, como ocorre a aquisição da linguagem, quais são as diversas identidades surdas e como são formadas. A pesquisa é fundamentada na visão sócio interacionista da surdez como uma identidade política e não como uma deficiência. O objetivo do artigo é evidenciar como ocorre a comunicação entre pais ouvintes e filhos surdos e quais são as possíveis influências na formação da identidade do sujeito surdo. A partir de tal estudo pode-se evidenciar a importância dos pais ouvintes conhecerem a língua de sinais e a cultura surda para que eles possam contribuir para o desenvolvimento linguístico e cognitivo de seu filho, oportunizando a ele o biculturalismo e bilinguismo, e principalmente, o respeito à diferença.

**Palavras-chave:** Identidade. Cultura. Linguagem. Surdez. Família

## 1 INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que família é o núcleo mais importante para a formação do ser humano visto que é através dela que se adquirem valores socioculturais os quais têm grande influência na formação do caráter do sujeito e, principalmente, no desenvolvimento da aquisição de uma língua.

Fiamenghi Jr. e Messa (2007) notam que, normalmente, os pais criam uma expectativa muito grande antes de seus filhos nascerem, projetando grandes futuros a eles. No entanto, quando acabam por descobrir a surdez de seu filho, inicialmente ficam impactados e, assim, começa um árduo caminho de muitas inseguranças, desistência de planos até, por fim, ocorrer o aceite desse novo desafio e uma ressignificação da experiência de parentalidade. Mais tarde os pais geralmente demonstram preocupações com relação ao tipo de comunicação que deve ser estabelecida para com o seu filho, visto que a criança surda utiliza-se de uma língua viso-espacial e não oral auditivo, dando-lhes uma nova responsabilidade: escolher qual língua deve ser ensinada ao seu filho.

Ao se tratar de uma família de ouvintes que possui filhos surdos um dos focos principais deveria ser a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais - Libras, tanto por parte dos pais quanto por parte do sujeito surdo, por se tratar de uma língua viso-espacial que se organiza através da movimentação do corpo no espaço (FERNANDES, 2012, p.82). Entretanto, isso nem sempre acontece, pois, geralmente, pais ouvintes têm propensão a fornecer uma “vida de ouvinte” para seus filhos, muitas vezes dando enfoque na oralização, na tentativa de “ouvintizar” o sujeito surdo.

É importante considerar que a razão disso acontecer, normalmente, se dá pelo fato de os ouvintes desconhecerem a possibilidade de o surdo ser independente e linguisticamente competente, visualizando, como

consequência, uma vida isolada da sociedade majoritária ouvinte, mostrando, assim, que o que ocorre na realidade são as convicções, na maioria das vezes equivocadas, da família sobre o significado da surdez.

Descobriram a minha surdez quando eu tinha quase 5 anos. [...] Começamos a usar sinais em casa [...] Eu achava que era doente [...] Depois que cresci e conheci outros surdos [...] as coisas começaram a ficar bem mais claras para mim, pois me comunicava com mais facilidade com os sinais... Vi que eu não era o único surdo no mundo e me sinto mais feliz. (GESSER, 2014, p. 65).

Sendo assim, pode-se dizer que as famílias ouvintes muitas vezes não são orientadas sobre como proceder com os seus filhos surdos, talvez por não possuírem referências culturais próprias destes, conseqüentemente elas não possuem conhecimento sobre a cultura surda e isto pode impactar na formação da identidade do sujeito surdo. A partir dessa reflexão, podemos dizer que:

[...] Reconhecer a existência da cultura surda não é fácil, porque no seu pensamento habitual acolhem o conceito unitário da cultura. [...] Mas não se trata somente de reconhecerem a diferença cultural do povo surdo, e sim, [...] de perceberem a cultura surda através do reconhecimento de suas diferentes identidades, suas histórias [...], suas línguas, valorização das formas de viver e de se relacionar (STROBEL, 2008, apud GESSER, 2014, p. 53).

Nesse sentido, é fundamental discutir como geralmente ocorre a comunicação entre pais ouvintes e filhos com surdez congênita, tendo em vista uma visão sóciohistórica e ideológica, pois o desenvolvimento humano ocorre através de um conjunto de conceitos e significados de seu grupo social o qual pertence, investigando quais são as suas influências na formação da identidade do sujeito surdo. Além disso, será discutida a cultura surda, como ocorre o processo de aquisição da linguagem, os diferentes tipos de identidades surdas e as possíveis consequências para a formação da

identidade do sujeito surdo pré linguístico a partir das escolhas da família ouvinte. Para realizar esta pesquisa foi utilizado a técnica de pesquisa bibliográfica que de acordo com Gil (2007) tem o objetivo de aperfeiçoar as ideias trazendo, assim, “maior familiaridade com problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]” (GIL, 2007, p.41).

## **2 UM OLHAR SOBRE A SURDEZ: CULTURA E IDENTIDADE**

Pode-se dizer que ao longo dos anos a humanidade vem adquirindo conhecimentos através das crenças, dos hábitos, do comportamento social, dos costumes, da língua, dentre outros, os quais, em conjunto, estabelecem códigos próprios e formas de organização, gerando, assim, uma ordem no grupo social. Desta forma, como afirma Laraia (2001, p. 22) “[...] a cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores”. Ou seja, a cultura pode ser entendida como um produto de conjunto de significados e ações partilhados por uma comunidade específica que é transmitida de geração em geração através da interação social e da aprendizagem adquirida. Percebe-se, então, que com o passar das gerações a cultura é amplificada e constantemente modificada através das interações entre os sujeitos que a partilham. (STROBEL, 2008, p.19).

Portanto, de acordo com Strobel (2008, p.18), pode-se dizer que os dois elementos fundamentais da cultura podem ser a habilidade dos sujeitos construírem a sua identidade e o uso da linguagem, ou seja, tratam-se das produções que os seres humanos criam e recriam enquanto grupo cultural, as quais são o reflexo da cultura em si, e que sempre está sendo modernizada. Tendo isto em vista, pode se afirmar que os sujeitos que são considerados “fora do padrão”, que mostram produções e habilidades diferentes dos demais, são vítimas da imposição da “normalidade” pela sociedade majoritária. A partir

desta análise, pode-se dizer que os surdos fazem parte de um grupo minoritário que está lutando pela legitimação de sua cultura, através de sua inserção no meio social.

A cultura surda é vista pelos ouvintes com indignação, pois a ideia de enxergar a surdez numa perspectiva sócio antropológica, e não patológica, é ainda muito complexa. Nesse sentido, os ouvintes, inconscientemente, se sobrepõem sobre a identidade dos surdos através de suas influências de “normalização”, pois muitos ainda os enxergam como um grupo de deficientes ou incapacitados.

De acordo com Sá (2006), o termo “normalizar” pode ser entendido como “igualar” os surdos a uma identidade específica, elegendo-a como “a melhor”, “a correta”, “a perfeita”, enquanto que a sua identidade é avaliada apenas sobre a ótica do “negativismo”, “do imperfeito”.

O que ocorre na realidade é que a surdez é estereotipada pelos sujeitos ouvintes como um fenômeno patológico e inadequado, algo que precisa ser suprido, negando os seus aspectos culturais. Isso ocorre devido ao fato da sociedade desconhecer o povo surdo, dessa forma, conseqüentemente, se mostra apreensiva, sem saber como agir diante desse grupo, e acabam por tratá-los de forma paternalista, com piedade, como se a surdez fosse uma doença, ou ainda de forma preconceituosa, estereotipando, simplesmente por falta de informação. (STROBEL, 2007, p. 21).

Historicamente, o surdo era considerado doente tanto fisicamente, pela falta da audição, quanto pelo meio cognitivo, pois acreditavam que, para ser bem sucedido e ter um bom desenvolvimento linguístico, era necessário o uso da linguagem oral. Conseqüentemente, devido a esta visão, o método do Oralismo, uma metodologia que focava no ensino da língua oral e proibia o uso da língua de sinais, foi aprovado em 1880 no famoso Congresso de Milão e perpetuado por muitos anos na educação de surdos, visando o desenvolvimento da fala. Sobre este ponto de vista, Perlin (2011) destaca que:

O estereótipo sobre o surdo jamais acolhe o ser surdo, pois o imobiliza (...) em uma representação que não condiz com uma política de identidade. O estereótipo faz com que as pessoas se oponham, às vezes disfarçadamente, e evitem construção da identidade surda, cuja representação é o estereótipo da sua composição distorcida e inadequada. (PERLIN, 2011, p.55)

Assim, pode se dizer que a cultura surda é recriada, e ampliada, dia após dia, entretanto é desconhecida e ignorada pelos demais, pois, a surdez é interpretada como uma deficiência ou uma incapacidade do sujeito de se desenvolver na sociedade. Daí a necessidade dos surdos se reafirmarem e lutarem pelo reconhecimento da surdez como um estilo de vida, em outras palavras como uma identidade, essa é a luta pelo reconhecimento da surdez como diferença, não como deficiência. Contudo, ressalta Skliar (2016), que:

A diferença como significação política é construída histórica e socialmente; é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistências às assimetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante. (SKLIAR, 2016, p. 6).

O mecanismo de afirmação da identidade surda se deu, principalmente, pela oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras), através da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), pois este reconhecimento possibilitou aos surdos se comunicarem livremente e emitirem suas opiniões, ela se tornou a voz que os surdos, há muito tempo, lutaram para emitir. De acordo com Sacks (2015):

A língua de sinais é para os surdos uma adaptação única a um outro modo sensorial; mas é também, e igualmente, uma corporificação da identidade pessoal e cultural dessas pessoas. (SACKS, 2015, p. 105).

Sendo assim, segundo Sacks (2015), a surdez em si é muito mais vasta do que apenas uma falta sensorial, pois esta característica fez com que o sujeito surdo criasse um modo particular de se colocar no mundo, pois é através dela que ele encontrou uma linguagem, valores, crenças e costumes próprios, compondo, assim, a cultura surda.

Ser surdo, nascer surdo, coloca a pessoa numa situação extraordinária; expõe o indivíduo a uma série de possibilidades linguísticas e, portanto, a uma série de possibilidades intelectuais e culturais que nós, outros, como falantes nativos num mundo de falantes, não podemos sequer começar a imaginar. [...] A surdez em si não é o infortúnio; o infortúnio sobrevém com o colapso da comunicação e da linguagem. (SACKS, p. 101, 2015)

Os seres humanos têm a necessidade de interagir com o outro a qual ocorre através de grupos que possuem uma língua em comum e desta nascem formas de identificação com o próximo. Por esse motivo é muito importante que a aquisição da linguagem do sujeito surdo seja através da língua de sinais, pois, além do fato de que ele vive em um mundo completamente viso-gestual, será através dela que serão adquiridos as crenças, os valores, os conhecimentos e a sua identidade.

[...] o desenvolvimento da criança surda deve ser compreendido como processo social e suas experiências de linguagem concebidas como instâncias de significação e de mediação nas suas relações com a cultura, nas interações com o outro. [...] Não há limitações cognitivas ou afetivas inerentes à surdez, tudo dependendo das possibilidades oferecidas pelo grupo social para seu desenvolvimento, em especial para a sua consolidação da linguagem. (GÓES, p. 42-43, 2012)

Portanto, é fundamental que o surdo faça parte da comunidade surda desde a tenra idade, pois assim, ele terá contato com a sua língua natural e,

principalmente, com os seus pares, que, futuramente, serão referências para a construção de sua identidade.

### **3 A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM**

Como já foi abordado anteriormente neste trabalho, à luz do método educacional bilíngue para surdos, a Língua Brasileira de Sinais – Libras deve ser a primeira língua da criança surda brasileira e a língua portuguesa escrita deve ser a sua segunda língua. O pretexto para essas afirmações está relacionado ao fato de que o processo de aquisição da linguagem em sujeitos surdos é diferente do que em sujeitos ouvintes, pois aqueles não recebem a linguagem através do som. (QUADROS, 1997, p.67).

A aquisição da linguagem é o processo pela qual a criança aprende uma língua. Existem três abordagens sobre aquisição da linguagem, são elas: a behaviorista, a linguística e a interacionista. A abordagem behaviorista, defendida por Skinner (1957), parte do princípio de que é possível condicionar respostas através de estímulos do ambiente em que o indivíduo está inserido. Segundo Hermeto e Martins (2012, p. 80), Skinner foi grande defensor do behaviorismo e cunhou o termo “condicionamento operante” para explicar como as consequências das ações das pessoas influenciavam em seu comportamento, ou seja, a aquisição da linguagem ocorre como um “[...] processo que se dá por estímulo, reforço, condicionamento, treino e imitação” (QUADROS, 1997, p. 68), em outras palavras, seguindo esta visão, a criança aprende palavras e frases por reforço.

Por outro lado, a abordagem linguística, defendida pelo linguista Chomsky (1986), explica que a capacidade do ser humano para adquirir a linguagem, e de compreender o significado de uma frase inteira, sem necessariamente saber o que cada vocábulo contido na frase significa, se deve

ao fato de que a linguagem é inata aos seres humanos. De acordo com Hermeto e Martins “[...] embora o ambiente da criança forneça o conteúdo da linguagem, a gramática em si é uma capacidade humana integrada e biologicamente determinada.” (HERMETO; MARTINS, 2012, p. 295). As evidências de que a aquisição da linguagem é apenas congênita, segundo Chomsky, é que existem aspectos gramaticais que são óbvios para os falantes nativos, não necessitando de instrução, e esse conhecimento, portanto, é inato.

[...] Essa é a única explicação possível para o fato de as pessoas terem uma compreensão gramatical tão rica e as crianças de seis anos de idade serem capazes de usar seus idiomas de maneira tão criativa. (HERMETO; MARTINS, 2012, p. 296).

Chomsky afirmou que o ser humano é dotado de uma Gramática Universal (G.U.), ou seja, um mecanismo pré-definido que serve como o primeiro passo para a aquisição de qualquer idioma. De acordo com Chomsky, todas as crianças quando expostas às diversas línguas têm capacidade adquiri-las naturalmente. Coaduna-se com essas reflexões Ronice Quadros quando ressalta que a G.U. é um dispositivo interno que:

[...] contém princípios rígidos e princípios abertos. Os princípios rígidos captam aspectos gramaticais comuns a todas as línguas humanas. Os princípios abertos, também chamados de parâmetros, captam as variações das línguas através de opções determinadas e limitadas. Quando todos os parâmetros estão fixados, a criança adquiriu a Gramática Núcleo, isto é, a gramática da sua língua. (QUADROS, 1997, p. 68).

Sendo assim, para Chomsky, o ser humano carrega geneticamente um conjunto básico de princípios de linguagem em que se encontram os elementos da gramática, do significado e da fala. Além disso, ele determina a existência de um dispositivo específico para a aquisição da linguagem, pois, de acordo com suas pesquisas, as crianças nascem capazes de criar e compreender todo

tipo de sentença, apesar de nunca a ter ouvido ou aprendido anteriormente, mostrando também, que a aquisição de elementos gramaticais não está relacionada com o nível de cultura ou inteligência do sujeito. (HERMETO; MARTINS, 2012).

Outra comprovação dessa teoria se dá pelos estudos com as crianças surdas devido ao surgimento espontâneo da língua de sinais entre elas e isso indica que utilizam os mesmos princípios básicos da língua falada, “[...] o que leva a crer que o conhecimento gramatical e sintático é algo inato” (HERMETO; MARTINS, p. 297, 2012).

Por fim, a terceira abordagem é a interacionista, que é subdividida em duas visões, a cognitivista e a sócio interacionista. A visão cognitivista enfatiza as estruturas internas como sendo determinantes para o comportamento e considera “a linguagem como consequência do desenvolvimento cognitivo” (QUADROS, 1997, p. 68), já a visão sócio interacionista, baseada em Vygotsky, defende que a linguagem tem uma estrutura gramatical que a torna diferente de outros comportamentos, mas também enfatiza a influência do meio para a produção da estrutura da linguagem. Segundo Quadros (1997), esta visão coloca que “[...] as regras gramaticais são desenvolvidas a partir de associações e memorizações no contexto social.” (QUADROS, 1997, p. 68). Em outras palavras, esta linha de pensamento considera o ambiente linguístico como fator determinante para que a aquisição da linguagem ocorra de forma natural, valorizando o contato dos pais com a criança, pois é a partir dessa interação que as experiências linguísticas necessárias serão fornecidas.

A partir desta breve contextualização sobre o que seria a aquisição de linguagem, baseado nas teorias linguísticas apresentadas, pode-se dizer que os surdos filhos de pais surdos terão o desenvolvimento da língua de sinais de forma natural, pois ambos utilizam a mesma língua para se comunicar, além disso, esta língua “[...] não é somente usada com a criança, os pais usam-na para se comunicarem entre eles e com amigos.” (QUADROS, 1997, p. 80),

portanto essas crianças não terão um déficit na linguagem e na formação de sua identidade.

A preocupação ocorre com os surdos congênitos filhos de pais ouvintes, pois muitos pesquisadores da área indagam sobre qual seria a melhor forma de promover a estas crianças a língua de sinais de forma natural, pois, se a criança surda não for exposta à sua língua no período crítico de aquisição da linguagem, por volta de zero a sete anos, ela corre o risco de ficar seriamente atrasada na compreensão da língua. Segundo Sacks (2015):

[...] ser deficiente na linguagem, para um ser humano, é uma das calamidades mais terríveis, porque é apenas por meio da língua que entramos plenamente em nosso estado e cultura humanos, que nos comunicamos livremente com nossos semelhantes, adquirimos e compartilhamos informações. (SACKS, 2015, p.19).

Caso ocorra este atraso linguístico a criança surda terá muita dificuldade para se expressar, pois, a falta de acesso a uma língua estruturada pode fazer com que ela tenha uma bagagem ínfima de assuntos e, conseqüentemente, só conseguirão se expressar com informações que estão vivenciando, tendo muita dificuldade de se localizar no espaço-tempo assim como compreender os assuntos abstratos. (GOLDFELD, 1997, p.59).

Por conseguinte, é importante que haja uma orientação aos pais ouvintes assim que descubrem a surdez de seu filho, pois deste modo eles terão acesso ao conhecimento sobre a cultura surda e a língua de sinais proporcionando, assim, a chance de seu filho se desenvolver naturalmente em sua língua.

Ouvimos o diagnóstico da surdez de nossa filha [...] quando ela estava com dez meses de vida. [...] vivenciamos uma série de emoções: descrença, pânico e ansiedade, raiva, depressão e tristeza e, finalmente, aceitação e apreciação. À medida que nosso pânico inicial se esvaiu, ficou claro que precisávamos usar uma língua

de sinais com nossa filha enquanto ela era bem nova.  
(SACKS, 2012, p. 64).

Levando em consideração o relato acima, percebe-se que uma primeira barreira pode começar a ser aniquilada a partir do momento em que pais e filhos têm uma língua em comum, pois quando ambos utilizam-se de sinais para se comunicar, a criança os utiliza, principalmente para a organização de seu pensamento, não meramente para a comunicação. (GOLDFELD, 1997, p. 60).

Além disso, é importante afirmar que ao utilizar uma língua em comum permite-se que a linguagem seja fluente e viva nas interações entre eles e, com isso, a criança será construída emocional, subjetiva e socialmente em sua família, moldando, então, sua identidade. A seguir, com base nas teorias apresentadas, serão analisadas as diversas identidades surdas e como elas ocorrem.

#### **4 AS MÚLTIPLAS IDENTIDADES SURDAS E SUAS REPRESENTAÇÕES**

A identidade é vista como produto, ou seja, ela está sempre sendo moldada. Sendo assim, construir uma identidade significa descrever um conjunto de características de um indivíduo as quais o torna único. Segundo Erikson (1972) identidade é um sentimento subjetivo, formada no íntimo do indivíduo. O autor discorre que a cultura é responsável para o desenvolvimento da identidade, visto que o meio em que o indivíduo está inserido influencia na formação da mesma, ou seja, tudo o que o indivíduo vivenciou, e vivencia, serve de suporte para a construção de sua autoimagem, especialmente quando em contato com outras pessoas, pois é através da interação social que temos referência e, conseqüentemente, construímos nossa identidade. Segundo Claudio:

A identidade dá-se no coletivo. O eu constrói-se a partir do outro, no contato inicial com a família e depois com os colegas de colégio e amigos. Está sempre sendo construída. À medida que crescemos vamos assumindo papéis na sociedade, tomamos atitudes e fazemos escolhas; construímos uma imagem do que somos. (CLAUDIO, 2007, p.20).

Em contrapartida, identidade cultural trata-se do conjunto de características de uma comunidade, que se modifica através da interação entre os membros pertencentes a aquela e da forma como eles interagem com o mundo. Ou seja, identidade cultural são as tradições, a cultura, a moda, a forma como a linguagem é expressa, entre outros.

Sendo assim, ao se falar da identidade, automaticamente é remetida à questão da diferença, pois a identidade cultural é entendida como uma produção de um grupo onde se cria uma base política por meio do pertencimento a uma cultura própria. Portanto, é feita a relação da identidade surda com a identidade cultural, visto que existem vários tipos de identidades surdas e tais são bem divergentes. (SILVA, 2010, p. 272).

Como já foi elucidado anteriormente, há uma luta entre os poderes que operam na sociedade em que existem o preconceito e a opressão sobre as minorias, ou seja, “[...] na dimensão cultural os sujeitos que são considerados diferentes estão à mercê do acultramento e imposição quanto as suas identidades.” (SILVA, 2010, p. 272). Os surdos pertencem a essa minoria e por anos a sociedade os tratam como deficientes e incapazes, fazendo com que aqueles lutassem pelos seus direitos e escolhas.

Portanto, a oficialização da Língua Brasileira de Sinais – Libras foi um marco importante na vida dos surdos, pois foi a partir dela que a identidade surda foi afirmada, visto que por muito tempo sua língua lhe foi negada para que pudessem adquirir a fala oral por meio de imposições e repetições, pois assim se desenvolveriam linguisticamente e intelectualmente.

O reconhecimento da Libras como segunda língua oficial do Brasil trouxe muitas contribuições para a comunidade surda, pois com essa oficialização existem muitas campanhas para a difusão da prática desta língua. De acordo com Silva é importante que o surdo: “[...] estabeleça o contato com a comunidade surda, para que realize sua identificação com a cultura, os costumes, a língua e principalmente, a diferença de sua condição.” (SILVA, 2010, p. 273).

Pode-se dizer que todos os surdos possuem identidade surda, entretanto tais identidades são apresentadas de forma diferenciadas entre eles devido ao tipo de linguagem utilizada pelo sujeito.

Segundo Perlin (2016) primeiramente existe a **identidade surda** a qual é fortemente marcada pela política surda, ou seja, são os surdos que se reconhecem como Surdos; fazem uso de intérpretes sempre que necessário, pois têm ciência de seus direitos; utilizam a língua de sinais a todo o tempo, pois para eles essa é a sua forma de expressão, e faz questão de propagá-la para terceiros; divulgam a cultura surda e o seu jeito singular de ser. Em outras palavras tratam-se dos surdos que fazem diversos usos da experiência visual, os quais determinam diversas maneiras de comportamentos, sempre lutando politicamente como indivíduos que possuem suas particularidades. Esses surdos quando em contato com outros surdos sentem-se militantes, pois através de sua participação nos movimentos surdos eles constroem sua identidade sempre focando no ser Surdo.

O segundo tipo de identificação é a **identidade híbrida** a qual é identificada pelos sujeitos que nascem ouvintes e perdem a audição com o tempo. Segundo a autora, os surdos que se identificam nessa categoria faz uso das duas identidades (ouvinte e surda) em momentos específicos de sua vida, ou seja, eles podem ter conhecimento da estrutura da língua portuguesa oral, dependendo da idade a qual perdeu a audição, e a utilizam para a comunicação; podem se utilizar tanto da língua de sinais quanto da língua oral

para captar a mensagem; participam das comunidades surdas; sabem que são surdos e se aceitam como tal exigindo acessibilidade. Sendo assim esses surdos captam a comunicação visualmente através da língua portuguesa para então passar para a língua de sinais. Segundo Perlin: “Nascer ouvinte e posteriormente ser surdo é ter sempre presente duas línguas, mas sua identidade vai ao encontro das identidades surdas”. (PERLIN, 2016, p.64).

O terceiro tipo de identificação, segundo Perlin, é a **identidade surda de transição**. Geralmente a maioria dos surdos passa pelo momento de transição da ouvintização para uma experiência visual assim que entra em contato com as comunidades surdas, pois é neste contato que ele aprenderá a língua de sinais e “[...] passam pela ‘desouvintização’ da representação da identidade” (PERLIN, 2016 p.64). Geralmente os surdos filhos de pais ouvintes se identificam com essa categoria, pois muitos conhecem tardiamente a comunidade e cultura surda, transitando entre a identidade ouvinte e a surda, pois eles não conhecem a língua de sinais e tem dificuldade de compreender a língua falada; na maioria dos casos a partir do instante em que esses sujeitos conhecem a comunidade surda passam a se enxergar como Surdos, substituindo o uso da comunicação visual/oral para a comunicação visual/sinalizada.

O quarto tipo de identificação trata-se da **identidade surda incompleta**, que são os surdos que vivem sob uma ideologia ouvintista, os quais negam a identidade surda, a língua de sinais e as possibilidades de ter experiências visuais, seja por medo ou por vergonha, geralmente devido ao estereótipo e pré-conceitos sobre o ser surdo e a cultura surda desconhecendo a ótica cultural. São compostos pelos surdos que negam a representação surda; normalmente não aprenderam a língua de sinais; tem dificuldades na compreensão da linguagem oral; na maioria das vezes são pessoas vistas como deficientes e incapacitadas, devido às dificuldades de comunicação.

O quinto tipo de identificação chama-se **identidade surda flutuante**, ou seja, são os surdos que têm consciência de sua surdez, entretanto é vítima da ideologia ouvintista que geralmente é pregada pela sociedade e família. Tratam-se dos surdos que querem ser ouvintizados a todo custo, desprezando a cultura e comunidade surda. Geralmente são pessoas que não conseguem estar na comunidade surda por falta de conhecimentos sobre a língua de sinais e nem na comunidade majoritária ouvinte pela falta da comunicação.

O sexto tipo de identificação chama-se **identidade surda de diáspora**, que são os surdos que migram de uma cidade para outra levando consigo seus conhecimentos culturais e seu jeito de ser próprio, sendo identificado como o surdo daquela cidade ou daquela comunidade surda anterior.

O sétimo tipo de identificação é a **identidade surda intermediária**, geralmente é composta por pessoas que não tem a experiência comunicativa totalmente visual e que têm alguma perda auditiva, utilizando-se de aparelhos auditivos, na maioria dos casos; praticam a oralização; podem ter dificuldade de definir sua identidade, pois não é nem surdo e nem ouvinte.

Analisando as identidades abordadas, conclui-se portanto que as diferentes identidades surdas sofrem constantes transformações e são bastante complexas, pois, para poder classificá-las é necessário analisar os diferentes estilos de vida dos surdos e como eles estão inseridos no contexto social, ou seja, qual o tipo de educação que ele recebeu, quais são suas visões de mundo, sua cultura, crenças, principalmente qual a visão que ele tem de si mesmo, entre outros. Sendo assim, a construção das diversas identidades sempre tem como foco a identidade cultural, ou seja, a identidade política do surdo, em que ele se reconheça como um ser que possui direitos e cultura própria.

Conforme Perlin (2016) explica, nas relações sociais existem as relações de poderes, em que um impera sobre o outro. Isso pode ser exemplificado quando analisamos o comportamento do sujeito ouvinte sobre o surdo, pois

muitos deles utilizam o discurso colonialista de que a fala oralizada é a melhor, por exemplo, desconsiderando as diferenças culturais entre os ouvintes e surdos e faz obedecer o seu discurso por achar ser o correto. Ainda de acordo com a autora, a escola também assume diferentes modelos de escolarização do surdo, partindo de uma filosofia educacional (oralista, comunicação total ou bilinguismo) que a mesma considera correta, “[...] a prática de ouvintização assume diferentes modelos de escolarização dos surdos” (PERLIN, 2016, p. 68).

No ambiente familiar, pode-se dizer que predomina uma enorme falta de conhecimento sobre o ser surdo e sua cultura, geralmente respeitando apenas a visão clínica, a qual propaga que a fala oral e a audição são fatores determinantes para o bom desenvolvimento do indivíduo e que sem as quais o surdo não passaria de um mero selvagem.

Assim sendo, pode-se dizer que o movimento surdo afirma o direito do sujeito ter a liberdade de representar a sua identidade surda em todas as esferas sociais, onde devem ser reconhecidos pelas suas atividades e discursos. Dessa forma, é importante que os ouvintes compreendam, e aceitam, as diferenças culturais existentes entre eles e os surdos, respeitando sua identidade política, onde o surdo pratica as suas ações sociais e, ainda assim, sejam reconhecidos como Surdos, pois assim é possível que os ouvintes venham a contribuir para a construção do mundo surdo.

## 5 CONCLUSÃO

A família é o primeiro ambiente social a qual a criança interage. É nela que ela aprende os princípios, valores e comportamento que servirão de base para a construção de sua personalidade, mostrando, assim, que a importância da família para o desenvolvimento e criação das crianças é inquestionável.

Dessa forma, ao eleger a perspectiva sócio interacionista da surdez para identificar as identidades formadas nas interações linguísticas entre os surdos e os pais ouvintes, é possível concluir que a estimulação da língua de sinais em crianças surdas pré linguísticas ajuda na internalização de conceitos e, conseqüentemente, poderá não sofrer atrasos de linguagem. O conhecimento dos pais ouvintes sobre a cultura e a identidade surda poderá contribuir para o respeito às diferenças, procurando sempre uma melhor interação com os seus filhos, possibilitando o desenvolvimento pleno da criança surda através do bilinguismo e biculturalismo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, p. 23, 25 abr., 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2017.

CLAUDIO, Debora Pereira. A Comunicação na Construção da Identidade de um Centro Cultural. 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2007. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4634/1/397348.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2017,

ERIKSON, Erik H. Identidade, juventude e crise. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

FERNANDES, Sueli. Educação de Surdos, Curitiba, 1ª Ed., InterSaberes, 2012. Disponível em: <<http://uninter.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582120149>> Acesso em: 22 jan. 2017.

FIAMENGHI Jr. G; & MESSA, A. A. Pais, filhos e deficiência: estudos sobre as relações familiares. Psicologia Ciência e Profissão, n. 27, p. 236-245, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n2/v27n2a06.pdf>> Acesso em: 07 jan. 2017.

GESSER, Audrei. LIBRAS?: que língua é essa?, São Paulo, 1ª Ed., Parábola, 2014.



GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. 9. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, surdez e educação, Campinas, SP, 4. Ed., Autores Associados, 2012.

GOLDFELD, Marcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista, São Paulo, Plexus, 1997.

HERMETO, Clara M. e MARTINS, Ana Luisa. O Livro da Psicologia, São Paulo, Globo, 2012.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem, Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

LARAIÁ, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro, 14. ed., Jorge Zahar Ed., 2001.

PERLIN, Gladis T. T. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. 8 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2016, 51-73.

\_\_\_\_\_. Histórias de vida surda: identidades em questão. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 1998. Disponível em: <http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=20&idart=153> Acesso em: 14 mar. 2017.

SÁ, Nídia Limeira de. Existe uma cultura surda? Artigo disponível em: [www.eusurdo.ufba.br/arquivos/cultura\\_surda.doc](http://www.eusurdo.ufba.br/arquivos/cultura_surda.doc). Acesso em: 22 fev. 2017.

SACKS, Oliver. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Márcia do Socorro E. da, Um Olhar sobre a Identidade Surda. Educação básica e cultura: diagnósticos, proposições e novos agenciamentos. Bahia, p. 272-279, 2010 Artigo disponível em: <http://www.poscritica.uneb.br/anais-eletronicos/arquivos/32%20-%20UM%20OLHAR%20SOBRE%20A%20IDENTIDADE%20SURDA.pdf> Acesso em: 13 mar. 2017.

SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: SKLIAR, Carlos. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. 8 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2016, 5-6.

STROBEL, Karin Lilian de. Histórias dos Surdos: Representações “Mascaradas” das Identidades Surdas. In QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. (Org.). Estudos



Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. Artigo disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/estudos2.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. As imagens do outro sobre a cultura surda. Ed. UFSC, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/18973046/strobel--as-imagens-do-outro-sobre-a-cultura-surda>>

## IDENTIFICAÇÃO DA AUTORA

### ISABELA JORDÃO DE CAMARGO



Especialista em Libras/Língua Portuguesa: Educação Bilíngue para Surdos pelo IPE (2017), especialista em Educação Especial e Educação Inclusiva pela Uninter (2017), possui curso técnico em Instrutor para ensino de Libras pela FENEIS – PR (2018) e é graduada em Letras – Português/Inglês pela FAE – Centro Universitário (2013). Atualmente é professora universitária, com experiência em orientação de TCC, ensino de Libras e ensino de língua inglesa para alunos surdos (metodologia bilíngue) e faz parte do grupo de pesquisa “Inglês escrito como L3 para os Aprendizes Surdos” na UFPR.

**Endereço eletrônico:** [isabelajordao\\_100@hotmail.com](mailto:isabelajordao_100@hotmail.com)